



SDS lança Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento e de Queimadas no AM

Monitoramento intensificado de focos de calor com apoio do Sipam, fiscalização do transporte de madeira, ações de controle ambiental, regularização fundiária e de educação são os principais eixos do Plano

Manaus, 21 de Junho de 2011

ANA CELIA OSSAME



Em 2010, Apuí, que fica na região Sul do Amazonas, foi um dos municípios contemplados com as mesmas ações que agora chegarão à Região Metropolitana (**Divulgação**)

A chegada do período de sol no Estado do Amazonas é o indicativo para a intensificação do monitoramento de focos de calor com apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam), fiscalização do transporte de madeira, mas também de ações de controle ambiental, regularização fundiária e de educação.

Esses são os principais eixos do Plano Estadual de Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas Florestais do Amazonas a ser lançado no próximo dia 27, em Iranduba (a 25 quilômetros de Manaus).

O município foi escolhido não só por ter registrado o maior volume de desmatamento no Amazonas, chegando a 20,1% proporcionalmente da sua área territorial, mas também por ser da Região Metropolitana (RM), alvo principal das ações do plano que obteve bons resultados na região Sul do Estado no ano passado, informou nesta segunda-feira (20) a secretária Nádia Ferreira, titular da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

“Vamos atuar na Região Metropolitana nos mesmos eixos trabalhados no Sul do Amazonas, porque os desmatamentos não são só uma questão ambiental, mas também econômica e social”, explicou Nádia, para quem isso exige a participação do prefeito, da Câmara

Relacionados

20/06/2011
Exposição fotográfica revela o desmatamento na Amazônia

20/06/2011
Secretaria realiza levantamento de danos ambientais em área invadida da Zona Oeste

Etiquetas

SDS,
Desmatamento

Municipal e de toda a sociedade local.

Pressão da ponte

Formada pelos municípios de Novo Airão, Iranduba, Manacapuru, Careiro, Itacoatiara, Rio Preto da Eva e Presidente Figueiredo, a RM tem todos os ingredientes capazes de torná-la um foco para desmatamentos e queimadas, disse a secretária, citando como o principal a construção da ponte ligando a capital ao município de Iranduba.

Ela destaca como exemplo o fato de que quase 60% da área da RM pertencer à União, num total de 53.231 quilômetros quadrados, 31,41% serem estaduais, totalizando 28.290 quilômetros quadrados e 15,69% de áreas sem destinação, o equivalente a 14.133 quilômetros quadrados.

“São áreas expostas à exploração e à tensão imobiliária”, observa Nádia, lembrando ainda que Iranduba tem uma grande área destinada a unidades de conservação, com mais de 35% do município.

Com isso, ela alerta as pessoas que estão adquirindo terrenos nesses municípios, dada a grande quantidade de áreas públicas, que não podem ser comercializadas, além de ser sede de 14 Unidades de Conservação.

A importância do Plano Estadual é que com ele o Estado não vai só fiscalizar. Segundo Nádia, as prefeituras e os produtores rurais terão que aderir ao Pacto Pelo Desmatamento Ilegal Zero a ser assinado nos próximos até o final de julho, assim como estimulados a participar do Cadastro Ambiental Rural (CAR), destinado a regularizar a atividade produtiva deles junto aos órgãos estaduais.

“Se por um lado poderemos ter toda a pressão sobre as unidades de conservação e áreas ainda sem destinação, teremos uma maior presença da governança e vamos buscar uma agenda compartilhada na qual todos, União, Estado e municípios terão que trabalhar em conjunto”, finaliza a secretária.